

INFLAÇÃO E PREÇOS ADMINISTRADOS

A QUESTÃO

A inflação é um tema relevante no Brasil, em especial por conta do histórico de hiperinflação enfrentado entre a década de 1980 e meados da década de 1990. A inflação alta afeta a vida dos consumidores que veem o dinheiro perder valor e seu poder de compra ser corroído com o passar do tempo. Além disso, em um cenário de descontrole inflacionário, reduz-se a previsibilidade econômica para os agentes, dificultando a tomada de decisões e desestimulando, por exemplo, os investimentos em projetos de longo prazo.

A inflação é medida a partir de índices que indicam a variação média dos preços de uma determinada cesta de produtos em um intervalo de tempo. Os mais difundidos são os índices de preços ao consumidor, que buscam medir as variações do custo de vida da população. O principal deles é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo IBGE.

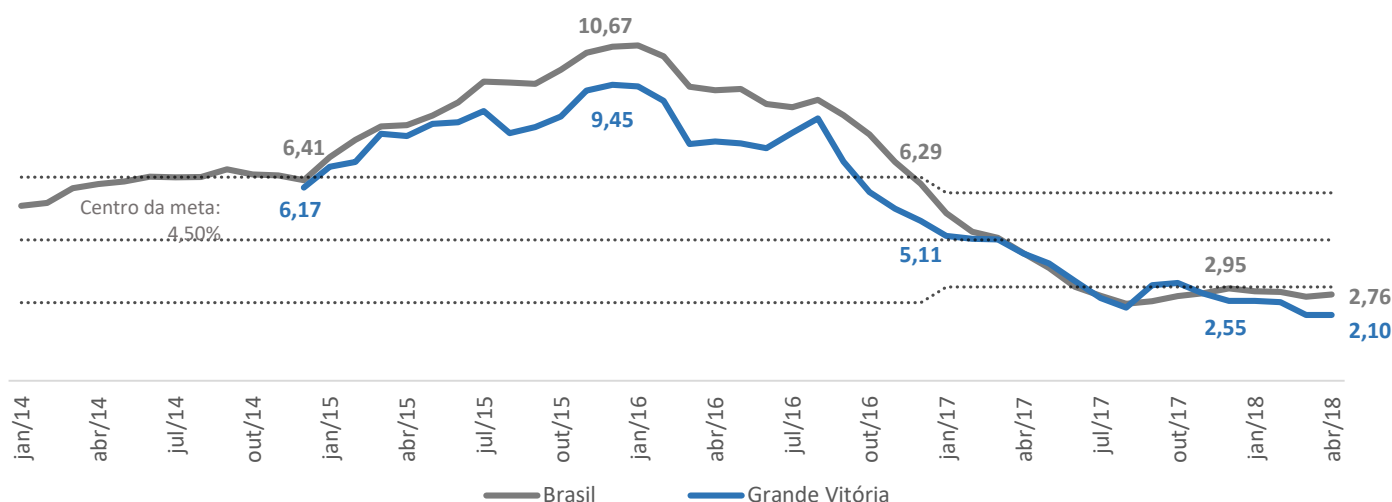
Os produtos e serviços que compõem o IPCA podem ser divididos entre os que têm preços livres, ou seja, que

variam de acordo com o mercado, e os que tem preços administrados, que são os preços regulados por contrato ou por órgão público.

Os preços administrados têm um peso importante na composição da inflação. Decisões políticas que busquem represá-los costumam pagar um preço alto posteriormente. Foi o que aconteceu no Brasil em 2015 e tem acontecido atualmente, e em maior intensidade, na Argentina, em um cenário que combinou um histórico de preços represados, manipulação dos dados oficiais da inflação, déficit externo e déficit fiscal. O governo argentino buscou atacar a inflação de forma gradual, tendo em vista o represamento, mas diante do aumento da instabilidade no mercado internacional e da alta do dólar, o país tem atualmente a sua inflação em 24% e os juros chegando aos 40%¹.

Desta forma, os preços administrados necessitam de uma regulação bem calibrada e transparente, que garanta segurança jurídica e seja capaz de estimular ganhos de eficiência e produtividade por parte dos agentes regulados.

Gráfico 1 – IPCA - variação % acumulada em 12 meses (Brasil e Grande Vitória)



Fonte: IBGE
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

¹ <http://www.valor.com.br/financas/5502243/bc-da-argentina-joga-duro-para-defender-peso-e-eleva-juro-para-40>

OS FATOS

A metodologia do cálculo do IPCA segue pesos baseados no perfil de consumo das famílias

O IPCA inclui produtos e serviços determinados pela Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), realizada pelo IBGE. Desde janeiro de 2012, o IPCA se baseia na estrutura de gastos das famílias obtidas na POF 2008-2009 para cada região, sendo subdividido em nove grupos.

Uma nova POF está sendo realizada entre 2017-2018 e a expectativa é de em 2019 seja feita a atualização dos componentes e pesos para o IPCA, visto que o perfil de consumo das famílias teve alterações nos dez anos de intervalo entre as pesquisas. O IBGE também tem planos de realizar uma POF contínua, um pouco mais enxuta, mas com periodicidade anual, reduzindo as defasagens de atualização dos índices de preços que a tem como base.

Os produtos e serviços de preços administrados são muito presentes no dia a dia e relevantes para a inflação

Alguns dos principais preços administrados são os da energia elétrica, gasolina², planos de saúde, tarifas de ônibus, gás natural canalizado (industrial e residencial) e GLP (gás de botijão). Os itens de preços livres representam cerca de 75% do total da cesta, fazendo com que seu índice se aproxime mais do IPCA total. Os preços administrados, no entanto, podem influenciar bastante no IPCA total quando têm grandes altas ou baixas.

Um caso recente foi o da energia elétrica, a partir da MP 579/2012, que buscou uma redução significativa e artificial dos preços, via distribuição. No entanto, os anos seguintes tiveram forte demanda e um problema de falta de chuvas e, ao se reajustar os preços em 2015, houve forte pressão sobre o IPCA, que fechou em 10,67%.

O peso dos preços administrados no IPCA é maior na Grande Vitória, em comparação ao Brasil

Desde que entrou no cálculo do IPCA, em janeiro de 2014, a Grande Vitória sempre apresentou maior peso dos preços administrados em seu índice do que no índice nacional. Em abril de 2018 o peso total dos administrados chegou a 25,68% do IPCA da RMGV, com tendência de alta desde o fim de 2016. Esse número foi 0,59 p.p. maior que o peso no Brasil, no mesmo mês. A maior diferença se deu em novembro de 2014, com peso 1,45 p.p. maior na Grande Vitória.

Alguns dos preços administrados têm regulação em âmbito estadual ou municipal, como as passagens de ônibus, táxis, pedágios, gás natural e taxas de água e esgoto. Outros tem regulação federal, como a energia elétrica, telefonia, planos de saúde, correios e combustíveis.

Tabela 1 - Peso relativo por grupos de produtos e serviços (%)
- abril de 2018

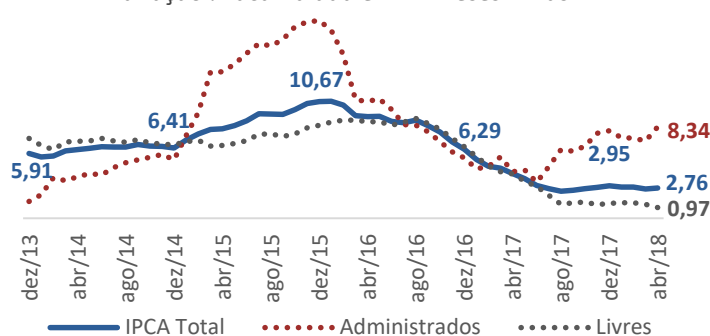
Grupos de produtos e serviços	Brasil	Grande Vitória
Índice geral	100,00	100,00
Alimentação e bebidas	24,53	22,24
Habituação	15,54	17,12
Artigos de residência	3,97	4,95
Vestuário	5,86	6,39
Transportes	18,45	18,36
Saúde e cuidados pessoais	12,11	12,30
Despesas pessoais	10,93	10,33
Educação	5,00	3,94
Comunicação	3,61	4,38

Nota: O peso relativo de cada grupo é estimado mensalmente, considerando-se a cesta de consumo na data-base e a variação relativa dos preços dos bens e serviços do grupo.

Fonte: IBGE

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Gráfico 2 – IPCA total, preços livres e preços administrados
Variação % acumulada em 12 meses - Brasil



Fonte: IBGE

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Tabela 2 – Peso mensal dos preços administrados no IPCA (%) - abril de 2018

Itens	Brasil	Grande Vitória
Gasolina	4,33	4,89
Energia elétrica residencial	3,44	4,39
Produtos farmacêuticos	3,44	3,86
Plano de saúde	4,00	3,47
Taxa de água e esgoto	1,75	2,02
Ônibus urbano	2,73	1,83
Gás de botijão	1,32	1,54
Telefone fixo	0,87	0,94
Emplacamento e licença	0,90	0,70
Ônibus intermunicipal	0,78	0,69
Outros*	1,54	1,35
Peso total dos administrados	25,09	25,68

*inclui: Ônibus interestadual, Jogos de azar, Táxi, Óleo diesel, Pedágio, Correio, Gás Veicular e Telefone público.

Fonte: IBGE

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

² Segundo o Banco Central, os preços dos produtos derivados de petróleo foram desregulamentados em 2002, mas ainda estão incluídos no grupo de preços administrados porque são estabelecidos pela Petrobrás, que possui um "quase-monopólio" sobre a produção doméstica e a distribuição no atacado. No entanto, uma mudança na política de preços da Petrobrás, em julho de 2017, passou a promover reajustes quase diários, frente às variações do mercado internacional.

AS IMPLICAÇÕES

Os produtos e as tarifas de preços administrados têm subido mais do que a inflação na Grande Vitória

Tabela 3 - Inflação e Reajustes de preços administrados na Grande Vitória (2014-2018)

Item	Reajustes (%)					Acumulado 2014-2018
	2014	2015	2016	2017	2018*	
IPCA – Grande Vitória	6,17	9,45	5,11	2,55	0,77	26,22
Gasolina	3,00	18,77	2,54	6,83	1,46	35,96
Ônibus (Transcol)	-	-	12,24	16,36	6,25	38,77
Gás Natural	3,67	15,78	-3,57	15,65	24,65	66,86
GLP	13,13	20,08	1,34	14,44	3,58	63,19
GNV	-4,64	22,11	-0,68	7,47	7,34	33,42
Energia (EDP)	26,54	28,88	-2,80	9,34	-	73,32
Pedágio (Terceira Ponte)	-	-	18,75	5,26	-	25,00
Tarifa Água/Esgoto	5,31	10,59	11,06	4,18	-	34,75

*dados de 2018 atualizados: até maio para Gás Natural; até abril para IPCA; até março para Gasolina, GLP e GNV; Energia e Tarifa de água/esgoto ainda terão reajuste em 2018; Pedágio não terá reajuste em 2018; Ônibus já teve reajuste em 2018.

Fontes: IBGE, ANP, ARSP e Ceturb

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Uma má regulação de preços administrados pode gerar uma indexação adicional dos preços da economia

Uma herança dos tempos de hiperinflação no Brasil é a indexação de alguns preços na economia, ou seja, a previsão de reajustes de tarifas, produtos ou serviços com base na inflação passada. Esta correção, no entanto, causa a chamada inércia inflacionária, visto que o ajuste realizado será “carregado” e contribuirá para a inflação do período seguinte, criando um ciclo. Segundo o Banco Central, a inflação dos preços administrados é mais persistente do que a inflação de preços livres, o que aumenta a inércia inflacionária e dificulta a ação da política monetária sobre o controle do nível de preços.

Outro ponto referente aos efeitos inflacionários dos preços administrados tem a ver com o fato de que muitos deles têm impactos secundários em outros setores, por serem parte do

custo destes, como no caso da energia e dos combustíveis.

O agente regulador deve sempre buscar modelos tecnicamente bem formulados e que sejam capazes de incentivar a eficiência econômica, com aumentos de produtividade que eventualmente possam reduzir custos e serem repassados aos consumidores (o que, em alguma medida, ajudaria a reduzir o grau de indexação da economia). Além disso, é fundamental garantir segurança jurídica aos regulados, que são as empresas ou concessionárias que comercializam aquele produto ou serviço e precisam ter previsibilidade sobre as “regras do jogo”, visto que suas decisões de novos investimentos³ em infraestrutura ou em melhorias de produtividade dependem disso.

A importância da transparência e da participação da sociedade na fiscalização dos preços

Diversos preços administrados impactam a vida dos capixabas e são temas recorrentes na mídia e no dia a dia das pessoas. A gasolina, os pedágios, o ônibus, a energia e o gás são alguns dos principais exemplos. Duas frentes se mostram fundamentais em relação à regulação destes preços: a transparência e a fiscalização.

É missão dos reguladores estabelecer regras transparentes e

proporcionar acesso aos dados e às informações, de forma mais clara e objetiva possível, para que possam ser adequadamente consultados, estudados e compreendidos. Além disso, é importante criar condições e estímulos à participação da sociedade civil e dos setores interessados nos processos de fiscalização e tomada de decisões, como nas audiências e consultas públicas, onde acontecem debates e podem ser elaboradas críticas e sugestões de aperfeiçoamento.

³ Dentro das atribuições das agências reguladoras inclui-se o acompanhamento e avaliação dos planos de investimentos das empresas reguladas. Isso visa, por um lado, mitigar problemas de sobre investimentos além do necessário para uma prestação de serviços eficiente ou, por outro lado, de investimentos aquém do necessário para a qualidade e eficiência dos serviços regulados.

FATO ECONÔMICO CAPIXABA

Publicação do Ideies – Instituto de Desenvolvimento Educacional e Industrial do Espírito Santo

Entidade do Sistema Findes | Gerência de Estudos Econômicos

 (27) 3334-5733 |  ideies.org.br |  @ideies